

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH COREAÚ

2 Ao trigésimo primeiro dia do mês de janeiro de dois mil e dezoito, realizou-se a décima
3 sexta reunião extraordinária do Comitê de Bacia Hidrográfica do Coreaú, no Auditório do
4 Parque de Exposições de Sobral, sede da COGERH, município de Sobral, localizado na
5 av. José Euclides Ferreira Gomes, s/n - Bairro Colina da Boa Vista, com a seguinte pauta:
6 Leitura e aprovação da ata/ Acompanhamento das Demandas/Informes; Formação da
7 Comissão de Renovação do Comitê; Formação da Comissão para Discussão do
8 Regimento Interno do CBH; Avaliação da Operação dos Açudes da Bacia do Coreaú
9 2017-2018 e Apresentação acerca da atividade de Piscicultura em gaiola e o impacto na
10 qualidade da água dos reservatórios. A reunião contou com a participação das seguintes
11 instituições e seus representantes: Carlos Magno Feijó Campelo -suplente da SRH;
12 Marcos Antônio Monteiro Freitas titular da EMATERCE; Ulisses Costa Oliveira titular da
13 SEMACE; Kléber Trévia Veras – titular da Câmara Municipal de Camocim; Maria Marques
14 dos Santos – titular da Prefeitura Municipal de Coreaú; Keila Aragão Fernandes – titular
15 da Prefeitura Municipal de Tianguá; Marcelo Ferreira Gomes – titular da Câmara Municipal
16 de Uruoca; Maria Antonieta Martins titular do Sindicato de Trabalhadores/as Rurais de
17 Barroquinha; José Maria Gouveia de carvalho titular da ONG São Francisco; Francisco
18 Benício da Silva titular da ADECUBA; José Pinto de Albuquerque e Francisco Azevedo de
19 Souza – Titular e suplente da FAEC; Francivaldo Nascimento Silva – titular do Sindicato
20 dos Trabalhadores/as Rurais de Frecheirinha; Francisco das Chagas de Carvalho = Titular
21 do Sindicato dos Trabalhadores/as Rurais de Chaval; Inácio Rocha de Araújo Júnior -
22 titular da Associação Granjense de Proteção ao Meio Ambiente; Miguel Pereira Gonçalo –
23 titular da Associação Comunitária dos Produtores do Angicos; Cícero Vieira de Santana –
24 suplente da Associação Comunitária de Carquejo; Francisco Sérgio Carneiro Fontenele -
25 titular da Associação dos Produtores de Cachaça de Alambique do Ceará; Antônio Pereira
26 da Costa – titular da Associação Comunitária de São Bernardo e Desterro; Maria Inês dos
27 Santos e Ernandes Sabino de Assis – titular e suplente da Associação Comunitária do
28 Sítio Ingá; Raimundo Irismar Azevedo Filho – titular da CAGECE. Estiveram presentes 21
29 participantes membros do comitê e pela COGERH, Patrícia Vasconcelos, Kamylle Prado,
30 Adriana Gondim, Dayane Andrade, Gracivânia Madeira e Bartolomeu Almeida. Como
31 convidados estiveram o Sr. Thiago Oliveira Gomes e do SENAR a Sra. Cásia Rosane
32 Silveira Pinto. O Sr. Sérgio Carneiro, Presidente do CBH-Acaraú abriu a reunião e
33 apresentou a relevância da pauta. Destacou a renovação do CBH que inicia-se e que será
34 finalizado até junho de 2018, com a possibilidade de reoxigenar a participação, assim
35 como também reafirmar o processo de participação. Que nesta data será formada a
36 Comissão Coordenadora de Renovação. Falou ainda da necessidade de se discutir as
37 modificações do regimento interno, em virtude do novo decreto aprovado em 27 de
38 dezembro de 2017. Falou da avaliação da operação dos açudes da bacia, enfatizando
39 que na última reunião foi aprovada a vazão do açude Angicos para atender comunidades
40 de Uruoca. E que é precisa avaliar a decisão que foi tomada pelo CBH. E, por fim, a
41 apresentação da Engenheira de Pesca que vai tratar da produção de peixes pelo viés da
42 exploração e do desenvolvimento. Aproveitou para avisar da capacitação do CBH-Coreaú,
43 em que precisam definir uma pauta, para ser trabalhada dias 27 e 28 de fevereiro, em
44 Viçosa. Pede que se aprove a ata, haja vista a mesma ter sido enviada com antecedência
45 por e-mail. Quem tiver observações, a faça, para que seja aprovada. Destacou apenas as
46 deliberações, que foi a eleição de novos membros para cumprir as vacâncias e a

47 definição dos participantes no Fórum Mundial das Águas. Foi aprovada a ata. Em
48 seguida, foram feitos os informes. Dr. Marcos Monteiro, da EMATERCE, apresentou
49 alguns informes da Participação da Reunião do Fórum Cearense, ocorrido em Quixadá,
50 onde também ocorreu o Encontro dos Profetas. Que ocorreu nos dias 12 e 13 de janeiro.
51 O encontro deliberou sobre as pautas do Fórum dos Comitês de Bacia. E que houve
52 problema de participação, em virtude da questão logística. E que a COGERH-Sobral
53 disponibilizou transporte. Passou as datas 8 e 9 de março, 7 e 8 de junho, 13 e 14 de
54 setembro e 29 e 30 de novembro – serão as datas das reuniões do Fórum a serem
55 realizada em Fortaleza. Também foi discutido quais os membros que iriam compor o
56 Comitê das Secas, mas que não se chegou a um consenso. Depois foi retirada uma
57 Comissão para reformular o regimento interno do Fórum, porque foi mudado o regimento
58 do Conselho Federal. E que por isso o Estadual precisa ser reformulado. Foi retirada uma
59 Comissão de 3 membros, que deverão receber as sugestões dos demais membros, para
60 fazer as modificações. E foi tirado um outro grupo que buscará uma reunião com o
61 Governador do Estado, levando três propostas dos Comitês para negociar com o
62 Governador em audiência. Fala da participação no encontro dos Profetas da Chuva. Diz
63 que em geral será uma chuva boa para todo o Estado do Ceará e que na região Norte do
64 Estado *será acima da média. E que a FUNCEME divulgou uma semana depois e que isso*
65 *também foi reafirmado. E diz que interessante no encontro é que no primeiro momento*
66 *há uma verificação do que foi dito no ano passado e se ocorreu e destaca alguns acertos.*
67 *Sérgio faculta a palavra aos presentes, para os informes. E diz do trabalho do profeta das*
68 *chuvas já relato pelo Euclides da Cunha. Em seguida, Kamyille faz uma breve*
69 *apresentação sobre o processo de renovação do CBH-Coreaú. Fala de um dos objetivos*
70 *da reunião, como sendo a abertura do processo de renovação. Diz que o CBH se instala*
71 *em junho e que para dar tempo hábil para a mobilização, faz-se necessário iniciar. Diz*
72 *que são 23 municípios na bacia que serão mobilizados, alguns de região serra, outros de*
73 *litoral e sertão. Explica que o CBH a cada 4 anos ele se renova. Diz que a renovação não*
74 *necessariamente renova toda a plenária, mas sim possibilita que novas instituições*
75 *adentrem na plenária do CBH, podendo ser capacitadas, tratadas as suas questões,*
76 *oxigenando as discussões com novas temáticas. Informa que para iniciar esse processo*
77 *de renovação, é necessário formar a CCR – Comissão Coordenadora de Renovação, que*
78 *conduz o processo de renovação até o dia do Congresso. Kamyille explica o passo a*
79 *passo do processo de renovação, em que são feitas mobilizações por sub-região da*
80 *bacia, com encontros regionais de sensibilização, e que depois ocorre um Congresso com*
81 *todas as instituições inscritas onde são eleitos os novos membros. Diz que a CCR conduz*
82 *o processo, avalia e diz as regras de como isso vai ocorrer: número de encontros, propor*
83 *regras, etc. Ou seja, trabalha procedimentos e critérios para habilitação ao Congresso de*
84 *Renovação. Assim, Kamyille propõe que a Comissão seja formada por uma pessoa de*
85 *cada setor representado pelo CBH. Destaca que a COGERH tem orientado como uma*
86 *das regras a ser proposta pela CCR, o critério de participação em um dos Seminários*
87 *Regionais para participar do Congresso, de maneira a possibilitar a todos o*
88 *acompanhamento dos encontros, e uma reflexão acerca das informações e*
89 *apresentações que são feitas nos encontros. Diz que a COGERH já iniciou um trabalho*
90 *de articulação com algumas instituições que podem apoiar o processo de renovação,*
91 *como SISAR, FETRAECE, Comunidades Quilombolas, etc. E que além disso está sendo*
92 *levantado um banco de dados institucional, para que ao ir a campo já se tenha algumas*
93 *informações organizadas. Sr. José Pinto pede que se mobilize a FAEC, através do Sr.*
94 *Emerson Moreira Pinto. Miguel Gonçalo pergunta se quem está na CCR pode participar*
95 *do Congresso. Kamyille diz que sim, e que participar da CCR é apoiar uma das atividades*

96 do CBH, que não significa ter qualquer vantagem, e também não prejudica. Kamyille
97 explica a diferença entre a Comissão que Coordenará a renovação e a Comissão Eleitoral
98 que tratará da eleição da Nova Diretoria, diz que esta última é retirada no Congresso, não
99 podendo seus membros concorrer a diretoria. Foi então retirada a CCR - Sérgio
100 Fontenele – Usuário, Marcos Monteiro _PPE, Usuário, Keila Aragão – PPM, Inácio Jota -
101 Sociedade Civil. Ficou agendada a reunião da CCR em Viçosa do Ceará, dia 15 de
102 fevereiro. Kamyille destaca que a CCR poderá se reunir quantas vezes necessário for e
103 que a participação na CCR não garante a vaga no CBH. Em Seguida, Kamyille informa
104 que enviou por e-mail o Decreto Nº 32.470, do dia 22 de dezembro, publicado no dia 27
105 de dezembro de 2018, que trata dos Comitês de Bacia e das Comissões Gestora,
106 regulamentando seu funcionamento, impactando o regimento interno. E que esse
107 documento modifica o funcionamento do CBH, necessitando que o colegiado modifique
108 seu regimento para adequar-se a ele. Diz que há um prazo de 180 dias, dado pelo
109 Decreto e que para se trabalhar dentro dele, seria interessante, se retirar uma comissão.
110 Kamyille diz que, como o CBH vai ser renovado, que seria interessante aproveitar a
111 experiência do atual plenário, que entende de funcionamento do colegiado, para que se
112 faça a análise e proposição, já aprovando o novo regimento. E que para tanto, sugere a
113 formação de uma Comissão e que, inclusive o CBH pode aproveitar para atualizar alguma
114 regulamentação que dificulta ou engessa a dinâmica do CBH. Diz que a Comissão terá o
115 papel de fazer uma proposição de regimento que será trazido para a plenária avaliar e
116 aprovar, e que para isso, como pede o regimento, deverá ter um quórum específico. Sr.
117 Kleber diz que em 2009 participou da última vez que foi discutido o regimento e se dispôs
118 a participar. Marcos Monteiro, Sérgio Fontenele, Francivaldo Silva, Amaro dos Santos,
119 Carlos Campelo. COGERH comprometeu-se a enviar a todos os membros o atual
120 regimento e o decreto para que quem não ficar na Comissão possa encaminhar
121 sugestões por e-mail. Carlos Magno diz que a SRH enviou um documento com as
122 orientações para que seja realizada a atualização desses regimentos dentro desse prazo
123 de 180 dias. E que junto encaminhou os pontos que ocorreram as observações dos itens
124 que foram alterados e que precisam ser observados. Sérgio faz uma avaliação de que
125 muitos órgãos que eram natos, deixaram de ser, e que analisando a conjuntura política é
126 preciso se analisar, se isso é um avanço? Diz que não sabe, mas que o trabalho de
127 fiscalização precisa ser feito pelo cidadão cada vez mais. E que é preciso pensar sobre
128 isso. Coloca os problemas da bacia vão precisar ser trabalhados pelo CBH, o
129 desmatamento, as queimadas, já que com o fechamento do IBAMA na região, há também
130 uma fragilização da fiscalização. Kamyille explica que a introdução do ponto de pauta da
131 avaliação da alocação nessa reunião, deu-se porque nesta data, da reunião, se finaliza a
132 operação dos açudes da bacia, encerra-se a alocação. E que seria interessante também o
133 CBH acompanhar o resultado da sua decisão de liberação de água para atender as
134 comunidades de Batatão e Canto das Pedras, conforme solicitação na plenária do CBH,
135 feita pela Câmara Municipal de Uruoca, Kamyille explica que a decisão foi aprovada pelo
136 CBH, que também foi feita uma reunião na comunidade para comunicar dessa aprovação.
137 E que já em janeiro, iniciadas, as chuvas, foi feita nova reunião de acompanhamento, em
138 que eles decidiram por manter a operação, posto que a comunidade ainda estava sem
139 água. Kamyille ressaltou que o Açude Angicos estar numa situação confortável e que a
140 Bacia do Coreaú é a que mais tem água hoje no Estado, mas que é preciso ter cuidado
141 com a pressão que é dada sobre o açude. Que o CBH deve avaliar como a operação
142 ocorreu, inclusive para poder propor junto ao poder público alternativas, haja vista as
143 perdas de água. Informa que a velocidade da água foi bastante baixa e que demorou
144 bastante dias para atender, pois o consumo é em torno de apenas 5 l/seg das

145 comunidades de Batatão e Canto das Pedras. E que, em uma situação de escassez seria
146 importante ter uma alternativa viável, pensada a longo prazo. Foi solicitada que a pauta
147 fosse invertida e se tivesse a apresentação da engenheira de pesca do SENAR, Sr. Cásia
148 Rosane, que tratou do Cultivo de Peixe em Cativoiro, nos aspectos das vantagens e das
149 desvantagens, com alguns aspectos do sistema de cultivo. Fala que a piscicultura é a arte
150 de criar peixes, e que está inserida na aquicultura, onde entram outras culturas. Coloca o
151 peixe como um alimento importante e saudável e que portanto precisa ter sua produção
152 estimulada, para dar possibilidade de atendimento. Fala da repercussão da escassez
153 hídrica do Nordeste na produção de peixe, que fez com que o Ceará saísse do patamar
154 de um dos principais produtores de peixe. Fala da criação de peixes como geração de
155 emprego e renda, além de produção de alimento saudável, rico em proteína e ômega 3.
156 Apresenta o tanque-rede, que pode ser confeccionado de vários materiais Fala dos
157 movimentos da corrente, como influência para a instalação do tanque, pois a saída do
158 vento tem que estar de acordo com o local da gaiola. Diz que para a prática do tanque em
159 rede é preciso se avaliar algumas questões: qualidade da água, nível da água
160 (profundidade e velocidade de água.), acesso as estruturas de criação, movimentos da
161 corrente, local do empreendimento. Diz que a piscicultura pode ser em tanque rede ou
162 pode ser feito em tanque escavado. Para o tanque em rede é preciso do local adequado.
163 Diz que é preciso pelo menos 1,80 m a 2,0 m de profundidade até o substrato, senão vai
164 causar problema ao peixe. E que esse dejetos que fica no fundo do açude, ele vai subir em
165 forma de gases e vai matar o peixe. A dinâmica dos ventos e o posicionamento dos
166 tanque-rede também é preciso se avaliar, senão vai se matar esse peixe. O
167 posicionamento é em forma de linha ou posicionam colocando um pedaço de concreto
168 segurando a gaiola. Diz que é preciso controlar os aspectos físico-químico da qualidade
169 da água, sendo os principais parâmetros: temperatura, oxigênio dissolvido, amônia, PH e
170 a transparência. No caso da temperatura ideal seria entre 26 e 30 ° C, pois acima dessa o
171 peixe fica lento, deixa de se alimentar e vai morrer. O Oxigênio dissolvido, diz que durante
172 o dia o plâncton vai liberar oxigênio e reter Co2 e durante a noite ele vai consumir
173 oxigênio e liberar CO2 durante a noite, ou seja, a noite ele vai concorrer com o peixe
174 quanto a esse oxigênio. Portanto a taxa mínima é acima de 5 mg/l. Diz que hoje tem os
175 sopradores e que para tanque em rede é um custo muito alto. O PH recomendado é de 7
176 a 14. E a transparência que indica a concentração da população de plâncton ou a
177 suspensão de sedimentos finos (siltes ou argila – ocorre principalmente após a chuva),
178 que é feita pelo Disco de Secchi. Esse instrumento diz se há muito ou pouco plâncton na
179 água e com ele, se verifica inclusive se deve-se colocar mais ou menos ração no açude.
180 Quanto a amônia é preciso controlar o NH3 é preciso ser controlado, pois é tóxica e
181 precisa ser monitorado junto com o PH e a temperatura da água. Destaca o manejo, que
182 a pessoa que coloca a ração ele deve ser também um observador do cultivo. Diz que as
183 rações que são fornecidas devem levar em consideração o tamanho do peixe, as
184 exigências nutricionais e deve ser feito de maneira que não ocorra nenhum problema. A
185 temperatura vai ser determinantes para identificar o número de refeições por dia. Cita
186 forma de manejo inadequado, como por exemplo, a não retirada de peixes que tenham
187 morrido, o que deve servir para reavaliar a quantidade de ração. Cita que o peixe mais
188 utilizado é a tilápia, que vem do rio Nilo e que o mesmo começa a se reproduzir com 3
189 meses. Que o peixe tem testosterona aplicado para vira macho, mas alguns no plantel
190 pode não ter a reversão dando certa. Esse percentual vai permitir a reprodução. Esses
191 peixes são resistentes, aguentando alta densidade de peixes, e baixa quantidade de
192 oxigênio dissolvido, além de aceitar ração a base de proteína vegetal e animal. Após, cita
193 as vantagens: menor custo, pouco investimento, rápida implantação e expansão do

194 empreendimento (retorno rápido), possibilidade de uso racional dos recursos hídricos e a
195 possibilidade de colheita o ano todo, intensificação da produção do pescado (sistema
196 intensivo), manejo simplificado, menor custo, observação diária dos peixes, facilitando a
197 descoberta precoce de doenças nos peixes. Desvantagem: dificuldade da legalização do
198 empreendimento, dependência absoluta da alimentação artificial, dificuldade no
199 tratamento e controle de doença, grande dificuldade de susceptibilidade de furtos a
200 curiosidade das pessoas de verem os tanques (causando estresse ao peixe). A criação do
201 peixe em meio aquático diz que em função das condições favoráveis hídricas e climáticas,
202 a utilização dos corpos hídricos é preciso avaliar a capacidade de suporte do reservatório,
203 que seria a máxima biomassa que o corpo hídrico pode manter de forma sustentável
204 durante todos os anos. Seria 150 a 250 peixes por m³, seria essa a capacidade. Isso
205 decorre da capacidade de autodepuração de cada corpo hídrico, que limita a produção,
206 de maneira a resguardar a sustentabilidade. A criação em tanques em rede, é uma das
207 formas mais intensivas de produção onde é gerado considerável número de dejetos
208 metabólicos, oriundo de peixes, podendo causar impacto ambiental. O fornecimento de
209 ração aos peixes criados em alta densidade de estocagem, promove um aporte de
210 nutrientes na coluna d'água, de fósforo e de nitrogênio, podendo em situações extremas
211 causar o desequilíbrio de parâmetros químico, físico e no meio aquático. É preciso
212 adoção de medidas para redução de perdas e também de sobras de ração; se observar o
213 fundo do corpo hídrico e a distância do fundo do tanque em rede. Deve-se observar a
214 renovação aparente da água no local, bem como a distância entre os tanque redes do
215 empreendimento para favorecer a renovação da água, diluição dos efluentes lançados
216 nos corpos hídricos, além de atender a legislação pertinente a atividade, federal e
217 estadual em águas públicas. Diz que o fósforo e o nitrogênio são os nutrientes mais
218 limitantes da produtividade primária, referente a fitoplâncton e de plantas aquáticas em
219 ambientes naturais. Com a introdução de carbono, fósforo e nitrogênio, oriundos da
220 degradação de resíduos fecais e da excreção fecal dos peixes pode ocorrer a
221 eutrofização, que vai favorecer alguns tipos de organismos em detrimento de outros. Ou
222 seja, altera o conjunto da comunidade aquática. Diz algumas estratégias que podem ser
223 adotadas para minimizar o potencial poluente das rações, que seria: reduzir o aporte do
224 nitrogênio, fósforo e carbono nas áreas de influência de parques aquícolas, melhorar a
225 eficiência alimentar, implementar a qualidade nas rações, adotar estratégias adequadas
226 de alimentação por parte dos produtores de ração, ajustar níveis e frequência de
227 arrazoamento dos produtores, A ração 70% é consumida e 25% desce para o fundo, e o
228 peixe que está enclausurado não consegue consumir. Vai comer o peixe que está
229 embaixo se alimentando ou parte fica. Diz que o impacto já ocorre na medida que você
230 mexe no meio. Diz que para não se eutrofizar o meio e atender ao abastecimento humano
231 é preciso que o produtor tenha consciência, faça análise da água, que a fiscalização
232 ocorra e que se cumpra a orientação dada pelos órgãos e as limitações. Diz que é preciso
233 também ter preocupação com o tanque escavado. Dr. Marcos diz que a preocupação do
234 CBH é o tanque-rede e principalmente a atividade do Gangorra. E que já adentrou até o
235 Ministério Público e nada se concluiu. Cita um estudo feito por dois consultores
236 americanos no Castanhão e Gavião acerca da qualidade de água para Fortaleza. Diz que
237 afirmaram os consultores que em nenhum açude do mundo que já tinham trabalhado
238 haviam visto a produção de peixe em gaiola em açude que tinha uso de abastecimento
239 humano. E faz uma comparação que chama de grosseira relativo a produção de peixes,
240 que é equivalente a amarrar vários animais dentro do açude para defecar todo dia. Dr.
241 Marcos diz que hoje na região de Jaguaribara, Limoeiro do Norte, de que se faz produção
242 em tanque por superfície que depois é aproveitada para irrigação, ou seja o rejeito é

243 utilizado para a fertilização das plantas. Diz que tem um parente que cria peixes em
244 tanque por superfície e que a mortalidade é baixa, a água que está utilizando pra irrigação
245 é excelente e que o tanque fica sem nenhum dejetos. E diz que a discussão do CBH é
246 justamente de que a criação de peixes em gaiola no açude, não já é ultrapassada e que o
247 ideal seria tirar essas gaiolas de dentro dos nossos açudes. Que tem que se usar uma
248 nova tecnologia, que é o tanque por superfície, que todos os dias se rebaixa 10 %,
249 renovando e se utiliza para a irrigação? Pede que seja feita uma análise entre a atividade
250 de criação em gaiola e a produção em tanques por superfície. Pergunta qual a opinião da
251 palestrante. Sérgio Fontenele, questiona se, levando em conta que o açude é para
252 abastecimento humano e que a capacidade de suporte do açude pode ser comprometida
253 ou que estamos numa situação de escassez do semiárido, questiona se é possível criar
254 realmente peixe em gaiola no açude com essas características? A palestrante diz que é
255 preciso observar a legislação vigente e as condições ambientais, a atividade de tanque
256 em rede pode se desenvolver sem grandes impactos ambientais. Respondendo as
257 perguntas diz que o cultivo em tanque em rede está com os dias contados, porque não se
258 tem água. Diz que hoje não é viável e que por isso há muitas outorgas paradas. Diz que a
259 cultura do tanque escavado é o que está vindo, por conta da falta d'água. Diz que o custo
260 que se vai ter vai depender da técnica, que inclusive a EMBRAPA tem algumas, inclusive
261 projeto Água Doce da SRH, em que se produzi peixe com boa qualidade e se reaproveita
262 água para a irrigação. Disse que há aproveitamento para produzir palma, capim. Mas diz
263 que a produção em tanque escavado precisa também ser verificada a qualidade da ração,
264 a quantidade de peixes, etc. Miguel pergunta se o sabor do peixe criado em cativeiro é o
265 mesmo do açude apreendido da natureza. A Sra. Cásia diz que não. Afirma que ele tem
266 um valor nutricional, pois a ração tem uma quantidade de proteína para que o peixe
267 cresça. Diz que a diferença de sabor é porque o peixe de tanque em rede não terá o
268 sabor de barro, que ele adquire quando tem contato com o fundo do açude. Já no peixe
269 que é criado em tanque escavado, se ele não for lonado, ele vai ficar com esse gosto.
270 Miguel pergunta sobre os componentes. Cásia responde que são vários, que há muitos
271 componentes. Inácio fala pergunta o que poderia ser feito no açude Gangorra já que a
272 qualidade da água do açude já está bastante ruim. A palestrante diz que a sugestão é que
273 antes da fiscalização se faça uma análise de água na jusante e na montante e no meio da
274 piscicultura. E que assim se trabalhe com dados comparativos. Quando se faz análise de
275 água, se leva para o laboratório. E que para isso vai se avaliar de acordo com os padrões
276 estabelecidos pela Resolução Nº 357 do CONAMA. E que a partir dali sabe-se o que vai
277 ser feito. Inácio diz que os dados de qualidade de água apresentam a informação que a
278 água não estava adequada para o abastecimento humano. Kamyille destaca. A COGERH
279 faz uma campanha de qualidade de água voltada para água bruta, em que avalia o nível
280 de trofia, em que discute os múltiplos usos. E que a água para abastecimento humano é
281 avaliada a partir de uma Portaria do Ministério da Saúde, que estabelece o padrão de
282 potabilidade e que quem faz essa análise no caso é o SAAE ou a CAGECE. E que para
283 abastecimento humano a água deve ser tratada. Kamyille diz que existe muita resistência
284 a piscicultura em gaiola na região, não só no Gangorra, mas em outros açudes. E que o
285 papel do CBH nesse momento é compreender a atividade e como ocorre a eutrofização
286 nessa atividade, como é dada a outorga. E destaca que há outras formas de poluição da
287 água, como por exemplo a própria pesca com batido que vem ocorrendo em diversos
288 açudes. Fala que a Bacia do Coreaú é o alvo dos criadores de peixes, haja vista que a
289 região é hoje a que tem maior percentual de águas em seus açudes, no Estado do Ceará,
290 e que portanto isso chama a atenção. A palestrante destaca que tendo os dados desse
291 parâmetros, que o CBH poderá agir. Inácio diz que a COGERH sempre faz reuniões no

292 açude e que apresenta sempre esses dados, esse histórico, de maneira bem
293 transparente. E percebeu que a criação de peixes não necessariamente um problema,
294 desde que obedeça a todos os critérios legais e técnicos. Palestrante pede que se avalie
295 as condições ambientais do espaço, o que pode estar acontecendo e causando
296 problemas. E diz que os tanques em rede, tem seus problemas advindos da ganância do
297 produtor. Ulisses diz que desde que chegou em Sobral, que há eventos, palestras sobre a
298 piscicultura. Que teve uma época que o Ministério público de Sobral entrou com uma ação
299 civil pública contra a criação de peixes no Açude Jaibaras. Que lá haviam muitos conflitos
300 de uso. E que foram feitos alguns questionamentos técnicos. E que uma coisa que foi
301 perguntada e que nunca foi respondido é se havia nexos causal entre a qualidade da água
302 e a produção de piscicultura no açude. Pergunta se há alguma tabela ou algum estudo
303 feito sobre o aproveitamento do peixe, em relação a ração. E qual o excedente que
304 determinada espécie de peixe vai gerar em relação a um determinado aporte de ração no
305 açude. Como eu vou autuar uma pessoa sem provar que a ocorrência teve um nexo
306 causal. Cásia diz que é preciso fazer uma análise do peixe. A indicação da ração se
307 consome Diz que a ração só é consumido 70%, que pelo menos 25% dessa proteína vai
308 descer. Disse que quando chegou ao Jaibaras, que já foi algumas vezes. E diz que ao
309 visualizar a água era muito fácil verificar a ração flutuando, ou seja, sem nenhuma
310 condição de manejo. E pensava: “Como essa água pode estar nessa condição?” Uma das
311 grandes problemáticas é o manejo e que se deve ser colocado 100 gramas, e coloca 150
312 gramas vai dar problema. E que essa ração vai ser aproveitada pelos peixes que estão lá
313 embaixo, e que isso vai cair no substrato, que com a inversão técnica pode ocorrer
314 problemas e o peixe vai morrer. Sérgio Fontenele agradece a disponibilidade da
315 palestrante. Cásia disponibilizou os contatos e colocou-se a disposição junto com o
316 SENAR para a realização de cursos de produção de peixe e processamento de pescado.
317 Em seguida, Sérgio falou do ofício encaminhado a SRH pedindo informações sobre a
318 outorga do empreendimento de piscicultura em gaiola no Gangorra. O Sr. Carlos Campelo
319 da SRH, o Calila, diz que nesse momento vai responder, apesar de que o ofício será
320 respondido oficialmente. Diz que o Açude Gangorra tem um produtório para peixes que é
321 da Bomar Maricultura e Ltda., que tem um outro nome, já que possui o nome fantasia G e
322 F Pescado. Essa outorga foi dada no ano passado, com coordenada de município de
323 Granja, e tem validade de 4 anos, indo até 30 de junho de 2011. Queria não apenas
324 apresentar a outorga, mas quer falar sobre isso, porque o CBH quer discutir, quer se
325 balizar para discutir a atividade de piscicultura nos açudes do Estado. Diz que também
326 estava presente no momento em que os consultores internacionais falaram dos riscos aos
327 açudes voltados para abastecimento humano, advindos da piscicultura, mas que gostaria
328 de falar de como o Estado do Ceará se orienta para dar uma outorga para essa atividade
329 no açude ou em qualquer espelho d’água. Diz que em 2016 o empreendimento estava
330 irregular, ele já teve outorga, pediram renovação, mas eles perderam o prazo desta. E que
331 teriam que adentrar com um novo pedido de outorga, que foi feito e foi concedido O
332 processo de outorga ele dá entrada na COGERH ou SRH, a primeira a se posicionar é a
333 COGERH quanto aos aspectos quantitativos e qualitativo, depois a SRH que avalia isso, e
334 avalia o aspecto documental ambiental (licenciamento, se tem processo na SEMACE,
335 etc). E diz que o valor (área, volume) vem da Lei de Pesca e aquicultura, que é de 2004.
336 Que da década de noventa falou-se muito em piscicultura no Estado e que dessa
337 discussão saiu essa lei que orienta as outorgas. Diz que pega-se o açude cheia, olha a
338 metade do volume, que teria a área que ele tem. Disso você tira uma área de 1% que
339 poderá ser usado para piscicultura. E se o açude for de uso exclusivo para abastecimento
340 humano, o percentual cairá para 0,5%. Que no Estado do Ceará sendo prioritariamente

341 para abastecimento humano, usa-se apenas 0,5%. Que desse 0,5% utiliza-se para a
342 piscicultura apenas 6% dessa área bruta, onde seja só nesse 6% pode-se ter área útil de
343 gaiola. E os outros 94% é de área de diluição. Mas atente-se que desse 0,5% é dado para
344 a iniciativa privada e os outros 0,5% deverá ser destinado a ações sociais, como para as
345 vilas, que na época achava-se que era uma alternativa para a região, mas que hoje não
346 se tem mais tanto interesse. Então, responde ao CBH, dizendo que existe sim a outorga
347 para a BOMAR, válida até 10 de julho de 2011, onde tem 1.872 de área útil. Diz que em
348 janeiro de 2016, esteve em uma audiência sobre o problema na região, em que eles
349 estavam bem acima dos parâmetros, que já tiveram mais de 100 gaiolas lá e que na
350 época estavam fora dos parâmetros. Mas que atualmente a informação que tem é que
351 estão sim dentro dos parâmetros. Que estão com cerca de 74 a 75 gaiolas. E que o
352 parâmetro é área útil e que vai solicitar a gerência que faça uma avaliação da área
353 utilizada. Diz que para fomentar as discussões no CBH, o que está escrito na lei. Diz que
354 o CBH não tem a atribuição de definir critérios de outorga e que este terá que provocar o
355 Conselho Estadual de Recursos Hídricos, pois por lei o CONERH é quem é o ente
356 legítimo (14.844/10) para fazer essas proposições. Diz que já foram feitas proposições
357 sobre a Irrigação pelo CBH do Salgado e foi aprovado. E diz que as definições do
358 Conselho só não podem ir contrária ao que estabelece a Lei Estadual, pois as resoluções
359 do CBH ou do CONERH não tem mais força que uma lei. Calila responde a algumas
360 perguntas. Diz que a outorga para piscicultura é um valor entre 200 e 300 reais. Diz que
361 não tem licitação para água. O que ocorre é licitação para a área. Tem piscicultores que
362 no Castanhão 12 piscicultores pagam para usar a área federal, porque eles tem um
363 contrato da área desapropriada, ou seja é de concessão de área (ter um domínio sobre o
364 espelho d'água). Esse valor é pago para o governo federal que não tem nada haver com o
365 Estado. E que o Estado do Ceará nunca cobrou isso, mas apenas a outorga. Que na
366 região, o Jaibaras terá que ter a licença, a outorga e a concessão do governo federal,
367 nessa ordem. Também responde que Ge F e Bomar tem o mesmo nome. Inácio, da AMA
368 pergunta se a SRH levou em consideração para dar nova outorga as falhas que a
369 empresa teve quando tinha a outorga antiga, que ficou claro que ela não cumpriu os
370 parâmetros legais. Calila disse que não. Disse que objetivamente foi levado em
371 consideração apenas a lei de pesca e aquicultura do Estado para decidir quanto é. Diz
372 que participou das reuniões com o Promotor. E diz que o grande problema dos fiscais é o
373nexo causal. Se eu aplicar um multa pesada, em um problema que ocorre em outros
374 açudes que não piscicultura, ou seja pode ser outra coisa que causa isso. Baseado em
375 que vai falar que foi a piscicultura. Pra você aplicar uma sanção pecuniária ou extinção de
376 uma outorga, em que o Estado aplica uma sanção ao empreendimento que lhe causa
377 prejuízos financeiros, o Estado precisa ter uma fundamentação. Inácio pergunta se a
378 gaiola cresceu 1 m pra baixo e pra cima. Que não só cresceu o peixe, mas também a
379 gaiola. Calila diz que vai dar sua posição clara. Que a lei não fala em volume, fala em
380 área. Porque a discussão é por área. Que não vai entrar no mérito do critério técnico até
381 porque existe dúvida. E que a lei na Assembléia foi feita com uma grande discussão
382 técnica. E se a discussão técnica diz isso, ele vai discutir apenas a área. Inácio diz que é
383 leigo, mas que se eu aumento as proporções da gaiola, eu não aumento apenas o
384 volume, mas também a área. Calila diz que ele terá razão se hoje tiver sido orientada a
385 profundidade, mas o nosso critério hoje é a área total que é de 1.872 de área útil. Esse é
386 o critério. Se for para uma avaliação mais técnica, tipo, da quantidade de ração, do
387 dimensionamento, é sim mais prejudicial. E que a ANA estabelece vários critérios, como a
388 limitação de fósforo. Mas diz que isso é difícil aplicabilidade em campo, ao se ir fiscalizar.
389 Dr. Marcos diz que a outorga já foi dada e que o que tem que fazer é seguir os

390 parâmetros que estão estabelecidas nela. Sérgio diz que é um tema bastante polêmico,
391 mas que o CBH tem essa discussão como um desafio. E diz que o que tem que fazer é
392 ser vigilante, pois é preciso cobrar que se cumpra a lei. E que é preciso alertar aos órgãos
393 e cobrar que eles cumpram a sua função. E diz que a palavra do técnico ela é forte, mas
394 que nem sempre ela é a palavra final. Por fim, chamou a Coordenadora Técnica, Patrícia
395 Vasconcelos para fazer a apresentação da avaliação da operação dos açudes da bacia de
396 2017. Patrícia iniciou sua fala mostrando a situação atual dos açudes da bacia. Disse que
397 não trouxe os dados de qualidade pois ainda não recebeu todos os dados consolidados
398 de qualidade de água de 2017. Que ao concluir a primeira campanha de 2018 é que se a
399 COGERH apresenta um relatório consolidado da qualidade da água de 2017. Diz que
400 entendeu o interesse do CBH em fazer uma análise de água para correlacionar com a
401 atividade de piscicultura. Explicou que a COGERH realiza quatro campanhas de coletas
402 por ano, e que há um tempo atrás eram mais de um ponto que era coletado e que hoje a
403 coleta é realizada em apenas um ponto. E que em virtude da espacialização no açude, a
404 amostra coletada, pode ter alguma diferença, principalmente em reservatórios de grande
405 porte. E que normalmente o ponto de coleta é próximo aos sistemas de abastecimento, da
406 CAGECE e SAAE. E sabe que principalmente no segundo semestre há uma alteração na
407 qualidade da água, em virtude do menor volume armazenado, mantendo-se a mesma
408 forma de uso do entorno. Patrícia informa que não faz coleta para avaliar o impacto de
409 apenas uma demanda, mas que se houver essa necessidade pode encaminhar essa
410 demanda. Sobre a avaliação dos reservatórios, apresenta as seguintes vazões
411 aprovadas. No caso do Angicos, foi aprovado na alocação, a vazão aprovada no dia 21 de
412 julho de 380 l/seg. Na reunião de acompanhamento foi modificado para 400 l/seg.
413 Diamante vazão aprovada de 12,5 l/seg; Diamantino II; 10 l/seg, Gangorra 145 l/seg;
414 Itaúna 115 l/seg; Martinópole 20 l/seg; Premuoca l/seg; Trapiá 18 l/seg; Tucunduba 40
415 l/seg e Várzea da Volta 80l l/seg. Explica o processo de alocação e informa que o mesmo
416 encerra-se em 31 de janeiro. E apresenta a avaliação de cada açude. Diamante chegou
417 em nessa data com a cota de 11 cm abaixo da esperada, com uma diferença de volume
418 de 110.000 m³. Diamantino II, chegou com 1 cm a menos que o esperado, 27.000 m³ a
419 menos. Gangorra chegou com 1.650.000 m³, sendo esta diferença referente a 22 cm a
420 mais. O Itaúna ficou com uma diferença de 13 cm a menos, com mais de 2 milhões de
421 diferença. Afirma que no caso do Itaúna será preciso avaliar qual a demanda instalada do
422 açude, posto que a diferença apresentada foi bastante grande, chamando a atenção.
423 Martinópole, chegou com 19 cm a mais que o previsto, com 243.000 m³ a mais. Premuoca
424 não atende o abastecimento humano pela qualidade, e que tem água armazena e que
425 pode ser discutido que tipo de usos pode atender. Trapiá chegou com mais de 2 m acima
426 do esperado, com a diferença de 1.559.000 m³, Tucunduba teve uma diferença de 7 cm,
427 com um 524.000 m³, que também precisa ser melhor avaliado, pois a demanda que se
428 conhece instalada é muito pequena. Que fez-se uma campanha local, que é uma
429 demanda medida e confirmada pelo SISAR. E que é preciso avaliar a situação do açude.
430 Várzea da Volta chegou com 43 cm a mais, com 666.000 m³ a mais. Voltando para o
431 açude Angicos diz que houve uma situação bastante peculiar, pois na reunião de alocação
432 foram apresentadas as demandas de Frecheirinha, Moraújo, Senador Sá e Uruoca com a
433 perenização até o Jordão. Seria uma média de 30 l/seg que com a perenização se teria
434 uma vazão de 380 l/seg. Os 350 l/seg seria para basicamente atender a perenização, já
435 que o consumo é bem maior. Mas houve uma solicitação formal da Câmara de Uruoca
436 para atendimento da comunidade que está a jusante da Barragem do Jordão,
437 Comunidades de Campanário, Bracoatiara, Canto das Pedras, até chegar no Batatão.
438 Pelos registros de operação da COGERH em outros momentos foram atendidos. Foi

439 solicitado aos usuários que fizessem o registro de solicitação através de um pleito em
440 reunião de acompanhamento, já que a alocação tinha deliberado por uma vazão de 380
441 l/seg. Esse pleito foi atendido por unanimidade na reunião de acompanhamento. Na
442 mesma reunião, foi solicitado pelos representantes da região de Uruoca que o ponto de
443 observação na barragem de Moraújo fosse transferido para Campanário e que se
444 chegasse a soltura até a comunidade de Batatão posto que os poços que existiriam na
445 comunidade, não mais atenderiam ao abastecimento humano. Somando esse trecho
446 novo, Somando de Jordão até Batatão, somando a população, a demanda não ultrapassa
447 6 l/seg. Foi questionado se essa demanda poderia ser atendida por outras alternativas,
448 outros poços ou carro-pipa. Foi falado que os poços realmente não atendiam e que não
449 tinham vazão e nem qualidade, e que as comunidades tinham muita necessidade. E que
450 essa demanda foi trazida para o CBH Coreaú, sendo que este colegiado deliberou sobre
451 uma maior atenção esse atendimento de perenização solicitado. A COGERH ficou de
452 avaliar e dar um retorno. Que houve uma reunião de acompanhamento na última semana
453 e que a operação do Angicos durou 200 dias. De 21 de julho até 29 de janeiro quando foi
454 fechado. Desses 200 dias, ele passou 120 dias com a comporta aberta. O primeiro
455 período de 13, o segundo de 17, o terceiro de 15 dias e o último 77 dias para chegar até
456 essas comunidades que foram demandadas. E que isso resultou numa vazão realizada
457 de 402 l/seg. Ou seja, havia sido aprovado pelo CBH 380 l/seg, que tinha sido o
458 parâmetro máximo colocado. Foi depois realizado os 400 l/seg e que ficou acima da faixa
459 aprovada pelo CBH. E que está detalhando para que o CBH tenha ciência do que foi feito
460 e que a autorização pelo CBH do atendimento da demanda foi assinar um cheque em
461 branco e que não se sabia quanto tempo ia demorar. O que se tem é o resultado que
462 foram 77 dias para atender. Se tivesse sido feita essa operação no final da quadra
463 chuvosa talvez teria sido menor tempo, mas o que fica de informação é que para atender
464 uma demanda de 6 l/seg, mesmo sendo abastecimento humano, é um impacto muito
465 grande, um grande consumo. E que tem que se pensar as alternativas possíveis para se
466 pensar a tomada de decisão. Que nas reuniões de acompanhamento os representantes
467 de município de Uruoca afirmaram que vão continuar requisitando o atendimento dessa
468 demanda. Esse atendimento requer que o açude tenha uma soltura maior, causando esse
469 impacto e que esse ano foi possível porque o açude chegou a 100%. Mas em 2015 e
470 2016 que o açude estava em outra condição, não poderia. Foi mencionado que não se
471 sabe se o Açude Angicos oferecerá condições de perenização em 2018, pois não se sabe
472 quanto será o aporte desse açude, apesar dele apresentar, neste início de quadra
473 chuvosa, em situação confortável. Patrícia mencionou que a vazão média de perenização,
474 realizada no período de operação foi de 402 l/seg, com 122 dias de comporta aberta.
475 Sérgio afirma que os representantes da Câmara de Uruoca já saíram. E diz que o CBH
476 deve oficiar o município para que ele faça um estudo e comece a ver outras opções. E diz
477 que há possibilidade de que não haja inverno e que é preciso ter um sentimento de
478 precaução. E que o papel do CBH é oficiar para que comece o município a ver essas
479 possibilidades. E se a chuva vier e começar bem. E se essa demanda se enraizar porque
480 houve uma recarga, no futuro se culpará a quem. Sabe-se que é demanda humana, mas
481 tem instituições, poderes que precisam pensar soluções a nível local, estadual. Que
482 alguém tem que se mexer. E que o CBH deve fazer ofício ao gestor local alertando para
483 os riscos que usa esse expediente por de levar. Que a comunidade venha todos os anos
484 com essa demanda. E que eles vão pedir e que o CBH tem que ter maturidade para
485 debater. Patrícia diz que a diferença ficou em torno de 10 cm do açude para menos, que
486 foi resultado desse período não contabilizado de liberação que não se esperava, que
487 equivale a 4 milhões de m³. Sérgio diz que atingimos as metas, fechamos a comporta e

488 que o resultado está aí no vermelho. E que fica a reflexão do CBH cobrar dos
489 responsáveis que tomem providências. Que essa situação é extrema, que não pode ser
490 rotineira. Miguel, da Associação dos produtores do Angicos faz uma crítica a ausência dos
491 membros da Câmara para agradecer ao CBH a decisão de manter a abertura e atender a
492 demanda. Sr. Benício, da ADECUBA, diz que tem acompanhado nos últimos 5 anos e que
493 tem feito suas experiências e que pode ser que o inverno seja fraco. Que viu hoje no
494 Jornal Hora 1 que pode ser que fevereiro só tenha 15 dias de chuva. E que isso é
495 preocupante. Sérgio diz que esse expediente de operação do Angicos não pode virar
496 regra e que vai encaminhar o ofício. Por fim, diz que dias 27 e 28 será realizada a
497 Capacitação do CBH. Solicita sugestão de tema. Miguel solicita que seja trabalhado na
498 capacitação a questão de poços na bacia. Sérgio fala que pode ser solicitado a SOHIDRA
499 uma palestra sobre a Política Estadual de Águas, voltado para a água subterrânea sob o
500 viés da política de poços profundos. Kamyille informa que já buscou junto a gerência de
501 Estudos e Projetos com a Zulene estudos de águas subterrâneas na bacia do Acaraú, que
502 foi afirmado pela responsável não existir e que estaria sendo pensado um projeto para a
503 região de Jijoca de Jericoacoara. E que o que pode ser feito é solicitar ao Estado que
504 apresente a sua política de perfuração de poços. Kamyille aproveita para evidenciar que
505 os temas da capacitação devem ser dentro de questões que auxiliem ao CBH a
506 realização de suas atribuições. Em seguida, o Sr. Miguel fala que o município de Moraújo
507 está dentro da área contemplada pela política de poços do Estado, que foram inclusive
508 perfurados 10 poços e que nunca foram instalados. Marcos Monteiro propõe que o tema
509 seja a Gestão da Bacia do Coreaú, para conhecer as dimensões dela, quais são as
510 quantidades de águas, os potenciais. Que acredita que o CBH não sabe disso e que essa
511 discussão vai auxiliar. Quais os estudos, as características, os aquíferos, as demandas do
512 litoral, os poços, as nascentes, etc. O Dr. Irismar que os dados sobre a região
513 informações sobre a Bacia são interessantes serem trabalhados em pelo menos um dos
514 expedientes. Kamyille explica que é difícil ter uma única pessoa que tenha como
515 apresentar essas informações todas sobre a Bacia, com nível de especificidade solicitado.
516 Que muitos estudos e informações não existem. Que pode-se solicitar ao palestrante que
517 fale das características da bacia, baseado no que já existe compilado pelo Plano de
518 Bacia. Após as discussões ficou definido que serão os pontos de pauta: Plano de Bacia: a
519 atuação do CBH e a sua aplicabilidade e a Bacia do Coreaú: características e
520 peculiaridades da região. Sr. José Pinto enfatizou a importância da presença de todas as
521 instituições. Sr. Inácio, da AMA, apresenta um projeto de preservação do rio, através da
522 Oiticica. Entrega simbolicamente algumas sementes para que se cuide, e num futuro
523 próximo se devolva a planta para preservar áreas da bacia, plantando nas localidades.
524 Diz que já tem mais de 300 pessoas que aderiram ao projeto. E que essa planta auxilia no
525 processo de reflorestamento e que o projeto está sendo bem aceito. Por fim, foi dada por
526 encerrada a reunião. Eu, Adriana Kamyille Prado Pereira Guarani redigi essa ata e a dou
527 por encerrada. Encaminhamentos: - Encaminhar ofício ao Poder Público de Uruoca para
528 viabilizar alternativas de abastecimento das comunidades Batatão e Canto das Pedras. -
529 Definidos os temas da capacitação: Plano de Bacia: a atuação do CBH e a sua
530 aplicabilidade e a Bacia do Coreaú: características e peculiaridades da região. Formada a
531 CCR: Sérgio Fontenele – Usuário, Marcos Monteiro _PPE, Usuário, Keila Aragão – PPM,
532 Inácio Jota - Sociedade Civil. Ficou agendada a reunião da CCR em Viçosa do Ceará, dia
533 15 de fevereiro. Formada a Comissão para discussão do Regimento Interno: Kleber
534 Veras, Marcos Monteiro, Sérgio Fontenele, Francivaldo Silva, Amaro dos Santos, Carlos
535 Campelo.